



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo n°	10805.002104/2003-06
Recurso n°	136.056 Voluntário
Matéria	SIMPLES - EXCLUSÃO
Acórdão n°	303-34.750
Sessão de	13 de setembro de 2007
Recorrente	J. S. OLIVEIRA RIBEIRÃO PIRES
Recorrida	DRJ-CAMPINAS/SP

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2002

Ementa: RECURSO INTEMPESTIVO. NORMAS PROCESSUAIS.

Na forma do art. 33 do Decreto nº 70.235/1972, que trata do processo administrativo fiscal, o Contribuinte possui o prazo de 30 (trinta) dias seguintes à ciência da decisão para a interposição de Recurso Voluntário total ou parcial. Desrespeitado esse prazo, não se conhece do recurso, pois maculado com o vício da intempestividade.

Recurso Voluntário Não Conhecido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da TERCEIRA CÂMARA do TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, não tomar conhecimento do recurso voluntário por intempestivo, nos termos do voto do relator.



ANELISE DAUDT PRIETO

Presidente



MARCIEL EDER COSTA

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Nanci Gama, Silvio Marcos Barcelos Fiúza, Nilton Luiz Bartoli, Tarásio Campelo Borges, Luis Marcelo Guerra de Castro e Zenaldo Loibman.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário (fls.97-110) contra decisão proferida pela 5ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal de Campinas/SP (fls.86-93) que indeferiu a solicitação da empresa Contribuinte, que foi devidamente cientificada em 30.05.2006 da referida decisão, conforme correspondência e AR de fls.95-96, tendo apresentado o presente recurso em 21.06.2006, ou seja, ultrapassando o prazo legal de 30 dias que findou em 19.06.2006.

É o Relatório.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several fluid, connected strokes, positioned in the center of the page.

Voto

Conselheiro MARCIEL EDER COSTA, Relator

Na forma do art. 33 do Decreto nº 70.235/1972, que trata do processo administrativo fiscal, o Contribuinte possui o prazo de 30 (trinta) dias seguintes à ciência da decisão para a interposição de Recurso Voluntário total ou parcial.

Desrespeitado esse prazo, não se conhece do recurso, pois maculado com o vício da intempestividade.

No caso presente, a intimação para oferecimento de recurso ocorreu em 18.05.2006 e a sua interposição apenas em 21.06.2006.

Portanto, sendo o presente recurso protocolado intempestivamente, não se instaura a relação processual, razão pela qual deixo de tomar conhecimento do mesmo.

É como eu voto.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 2007

MARCIEL EDER COSTA - Relator